

PLANO DE INOVAÇÃO

“O ambiente de reforma permanente das duas últimas décadas não tem sido favorável à reflexão, à experimentação e à descoberta de alternativas à forma escolar tradicional, pois a *azáfama de mudança* e o “*alvoroço projectocrático*” em que as escolas e os professores têm estado mergulhados têm gerado uma mentalidade expectante e uma lógica de sobrevivência que se traduz numa maior preocupação com a encenação, o aparato e o faz-de-conta do que com os processos educativos concretos.

Tal clima não tem deixado tempo para a reflexão sobre questões que possam fazer a própria agenda educativa das escolas e dos atores locais. Estes andam cada vez mais atarefados, desinteressando-se, ou vendo-se impossibilitados, muitas vezes, de exercerem uma atitude reflexiva e crítica sobre os constrangimentos e as oportunidades da sua ação profissional.

Não deixando tempo aos professores, aos alunos, aos pais e a outros atores locais para a reflexão sobre o que realmente é necessário mudar nas escolas, o ambiente de reforma permanente tem sido, assim, mais favorável à emergência de um pensamento fatalista e resignado do que à ação autónoma e reflexiva.”

(Fernando Ilídio, 2003)

Objetivos do plano

A Comunidade de Aprendizagem não é mais um projeto, ou mais um paliativo de um modelo de ensino. É uma nova construção social de aprendizagem, que concretiza o disposto na Constituição e na Declaração Universal dos Direitos da Criança.

O objetivo geral será o de conceber uma nova construção social de aprendizagem, que a todos garanta o direito à educação, através da criação de uma rede de protótipos de comunidades de aprendizagem.

Desse modo se cumprirá o estabelecido no Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho de 2018, do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

Este Plano de Inovação visa concretizar os objetivos constantes das leis de bases de dois países, da Declaração Universal dos Direitos da Criança e documentos afins:

Promover o crescimento do educando em todos os aspectos: físico, mental, intelectual, emocional, afetivo, psíquico, para que ele possa interferir, atuar e transformar o seu meio, de forma ética, na perspectiva do desenvolvimento sustentável do ser humano e da comunidade em que se integra.

Reconfigurar práticas educativas, que não se enquadrem na concepção de novas construções sociais de aprendizagem e de educação.

Produzir práticas integradas (na confluência dos paradigmas da instrução, da aprendizagem e da comunicação), religando instituições (Família, Sociedade e Escola), unindo Cultura, Saúde e Educação, em projetos de educação integral.

Outros objetivos

Co-criar protótipos de comunidade de aprendizagem, a partir de projetos de referência.

Aspectos a serem desenvolvidos no âmbito do currículo

1. Produção de conhecimento e cultura: estratégias voltadas para tornar a instituição educativa espaço de produção de conhecimento e cultura, que conecta os interesses dos estudantes, os saberes comunitários e os conhecimentos acadêmicos, para transformar o contexto local.
2. Desenvolvimento local sustentável: a estruturação de um currículo voltado para a formação integral da pessoa, que reconhece a multidimensionalidade da experiência humana – afetiva, ética, social, cultural e intelectual.
3. Implementação de três dimensões curriculares: da subjetividade, da comunidade da consciência planetária, de forma integrada:

Currículo da subjetividade – no desenvolvimento de projetos, acontecerá, não o consumo acéfalo de currículo, mas a produção de conhecimento, produção de currículo. A partir de sonhos, necessidades e desejos de cada ser humano, e integrando conteúdos, competências e capacidades de uma base curricular, visa-se estimular talentos e cultivar os dons de cada sujeito aprendente.

Dado que um ser humano é único e irrepetível, no desenvolvimento do currículo da subjetividade é respeitada a especificidade do seu repertório linguístico e cultural, dos seus estilos de inteligência predominantes, do seu ritmo de aprendizagem.

Currículo da comunidade – a partir de necessidades, desejos, problemas da população do território de contexto, promover a integração comunitária da escola e um desenvolvimento local sustentável. No desenvolvimento de um currículo de comunidade, o conhecimento produzido no decurso dos projetos é colocado em ação, gerando competências.

Currículo da consciência planetária – o processo de autoconhecimento harmoniza-se com necessidades e problemas da sociedade contemporânea e do planeta.

Tendo em consideração os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as quatro dimensões da sustentabilidade (social, econômica, ecológica e visão de mundo), serão desenvolvidas habilidades socioemocionais, assegurando, através do desenvolvimento de competências transversais, o pleno desenvolvimento pessoal e social do ser humano.

Ações relacionadas:

- Propiciar condições da prática de educação integral, na superação de lógicas fragmentárias, integrando as contribuições da diversidade de instituições e agentes educativos locais, religando a educação escolar com a familiar e com a social.
- Considerar a necessidade de contemplar na organização do trabalho escolar três dimensões curriculares: a subjetiva, a comunitária e a da consciência planetária, para que a aprendizagem aconteça com o desenvolvimento do pensar, com a formação do caráter e o exercício da cidadania.
- Fundamentar as práticas num paradigma educacional, que garanta o pleno acesso a educação integral, a aprendizagem para além do domínio cognitivo, contemplando o desenvolvimento no domínio pessoal e sócio moral, e apoiar a redefinição do papel do professor, na transição entre o modelo “tradicional” e uma profissionalidade assente na prática da mediação pedagógica, assegurada pelo “designer educacional”, através de projetos de produção de vida e de sentido para a vida.
- Exigir que seja respeitada a diversidade, na prática de uma gestão curricular diferenciada, constituindo-se a escola em *lócus* de humanização e oportunidade de inclusão.

Aspectos a serem desenvolvidos no âmbito metodológico

1. Estratégias que permitem ao estudante expressar sua singularidade e desenvolver projetos de seu interesse, com impacto na comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento.
2. Implementar dispositivos de integração curricular, para produção de conhecimento multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

3. As propostas de trabalho com os educandos tenderão a usar a metodologia de trabalho de projeto. Neste sentido, a definição do currículo reveste-se de um caráter dinâmico e carece de um permanente trabalho reflexivo por parte da equipe de educadores, de modo a que seja possível a aquisição de saberes e o desenvolvimento de competências essenciais.

4. Como um convite a todos os envolvidos em sua implementação para discutir a função social da escola, tentando romper com a concepção conservadora de ciência, currículo, conhecimento, questionando práticas pedagógicas conservadoras, compreendendo que a educação é construção coletiva.

Ações relacionadas:

- Reconfigurar as práticas escolares, conferindo-lhes fundamento na lei e numa ciência prudente, com referência ao paradigma da aprendizagem e da comunicação.
- Possibilitar uma participação ecológica, em equipe interdisciplinar, integrada de psicólogos, terapeutas, sociólogos e outros agentes educativos.
- Apoiar a realização de estágios no contexto de práticas inovadoras, propiciando a reelaboração da cultura pessoal e profissional dos professores.
- Introduzir tutorias, dispositivo central na passagem do paradigma da instrução para o da aprendizagem e comunicação.
- Promover a aprendizagem incorporando práticas inspiradas na Carta da Terra, no Relatório Delors / UNESCO, na Carta das Cidades Educadoras, nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), na Declaração de Salamanca e em outros documentos orientadores de práticas de desenvolvimento sustentável.

Aspectos a serem desenvolvidos no âmbito da avaliação

1. Implementação de portfólio como instrumento de avaliação formativa, contínua e sistemática.

Ações relacionadas:

- Evidenciar o desenvolvimento de habilidades e competências individuais e em equipe, apresentando documentos que evidenciem o percurso da

aprendizagem (“evidências de aprendizagem”), tanto por meio de trabalhos finais como rascunhos, de natureza variada para refletir diferentes tipos de desempenho e não apenas aplicações diretas de conhecimentos.

- Implementar autoavaliação: relatório crítico (individual e de equipe), inventários de atitudes, registros de observação e de incidentes críticos, listas de verificação etc. Isomorficamente, acontecerá uma avaliação alinhada com a aprendizagem.
- Criação de uma plataforma virtual aprendizagem que possibilite a inserção dos portfólios e outros recursos de aprendizagem e que dialogue com o processo de escrituração das secretarias e ministérios.

Estratégias de facilitação de diálogo

Objetivos:

1. Compreender e exercitar o papel do poder e da liderança na governança;
2. Desenvolver práticas de diálogo e gestão de conflito.

Ações relacionadas:

- Definir e vivenciar práticas e dispositivos que, de forma articulada, busquem cuidar dos princípios e valores, da comunicação e da governança.
- Pesquisar e exercitar procedimentos e práticas de diálogo e gestão de conflitos intra e interpessoais, de sociocracia e não-violência, a partir dos valores e princípios definidos pela equipe.
- Desenvolver o entendimento e a capacidade de distinção do papel e impacto dos conflitos e dos processos de governança na qualidade do trabalho docente., exercitar ferramentas de facilitação de processos participativos, que promovam o engajamento e o desenvolvimento do trabalho em equipe, bem como conceber diretrizes para o desenho de espaços e tempos planejados para cuidar dos conflitos, no estabelecer de uma rede de apoio.
- Definir e utilizar um sistema de avaliação com indicadores para acompanhamento do desenvolvimento das competências e práticas socioemocionais, implementando dispositivos pedagógicos que promovam um harmônico desenvolvimento socioemocional.

Mecanismos de envolvimento da comunidade

Objetivo:

1. Desenvolver relação intersetorial e em rede, envolvendo a comunidade, para a garantia dos direitos fundamentais dos estudantes, reconhecendo-se que o direito à educação é indissociável dos demais direitos.

Ações relacionadas:

- Libertar o professor do gueto da sala de aula e do prédio-escola, no reconhecimento de que o *ethos* organizacional de uma escola depende da sua inserção social, de relações de proximidade com outros atores sociais.
- Assumir que as escolas são pessoas, que agem em espaços públicos, nodos de redes comunitárias, incubadoras de projetos de desenvolvimento local sustentável, devolvendo as escolas às comunidades, na partilha da responsabilidade de educar.
- Conceber novas construções sociais de aprendizagem, que integrem as dimensões escolar, familiar e social, e contemplem necessidades sociais contemporâneas, a participação ativa de agentes educativos locais, dentro e fora do prédio-escola, contribuindo para a coesão social e erradicando a separação entre educação familiar, escolar e social.
- Repensar o papel da educação infantil (sobretudo na relação avós-netos), reaproximando gerações, com referência às palavras-chaves de uma educação contemporânea – comunidade, rede e círculo – na consideração de que os primeiros mil dias de vida de um ser humano são decisivos na construção da sua personalidade.
- Criar uma rede de voluntariado e engajamento da comunidade no processo educativo.
- Desenvolver educação em espaços de cultura, ciência e arte, na consideração de que todo o conhecimento (erudito, ou popular) é válido e de que os saberes não são propriedade individual, ou de exclusiva produção numa escola-edifício.
- Desenvolver estratégias que estimulam o diálogo entre os diversos segmentos da comunidade, a mediação de conflitos por pares, o bem-estar

de todos, a valorização da diversidade e das diferenças e a promoção da equidade.

- Implementar uma pedagogia na sustentabilidade social, econômica, ecológica e cultural, que levem a uma nova forma de relação do ser humano com o contexto planetário, a uma nova visão de mundo.
- Desenvolver estratégias de participação da comunidade nos órgãos oficialmente constituídos para tomada de decisão no âmbito local e regional.
- Diagnosticar, em forma de mailing, as lideranças (igrejas, jornais locais, grupos organizados de mães, de artesãos, de associações de classe, entre outros);
- Realizar encontros (rodas de conversa) de aproximação, alinhamento e disseminação do ideal e da missão do projeto, para ampliar o vínculo com a comunidade;
- Realizar mini eventos de aproximação de movimentos sociais e instituições atuantes na comunidade, no reconhecimento e fortalecimento da rede de solidariedade local.

Desenho do modelo gerencial efetivo e inovador

Objetivos:

1. Efetivar a corresponsabilização na construção e gestão do projeto político-pedagógico: estruturação do trabalho da equipe, com base em um sentido compartilhado de educação, que orienta a cultura institucional e os processos de aprendizagem e de tomada de decisão.
2. Validar um modelo organizacional alternativo, nos termos do Regimento Interno e do Projeto Político-Pedagógico da escola, em que as famílias dos educandos e a comunidade participem ativa e efetivamente.

Ações relacionadas:

- Cumprir a Constituição da República portuguesa e a Lei de Bases do Sistema Educativo e, em particular, o seu artigo 48º.
- Rever legislação complementar e regulamentos, para verificação da sua coerência com a lei fundamental.

- Assegurar o efetivo cumprimento dos projetos das escolas. E que estes sejam, efetivamente, políticos e pedagógicos, isto é, que na sua concepção se escute a polis e no projeto se contemple necessidades, problemas e potenciais da população que a escola serve, promovendo práticas efetivas de gestão democrática.
- Desenvolver a capacidade de liderança sistêmica. Ser um líder sistêmico pressupõe a compreensão de perceber que tudo está interligado e que não há como interferir numa área, num setor, numa equipe, num profissional, sem com isso impactar outros e, conseqüentemente, o todo.
- Implementar governança sociocrática, na qual as decisões são tomadas considerando-se a opinião de toda comunidade.
- Implementar tomadas de decisão por consenso, ou consentimento.
- Implementar sistema de avaliação interna e externa, para aferição de resultados.

Adaptações da infraestrutura, do mobiliário e equipamentos

Objetivos:

1. Integrar os espaços e equipamento público comunitário ao edifício-escola, estabelecendo conexões, que ampliam a capacidade de usuários e construção de conhecimento em rede;
2. Propor equipamentos e materiais necessários ao trabalho em comunidade de aprendizagem.

Ações relacionadas:

- Realizar cartografia social da comunidade.
- Elaborar diretriz de adequação arquitetônica de prédio existente, compatibilizando-o com o projeto de inovação educacional.
- Elaborar memorial descritivo para aquisição de mobiliário.

Implantação de recursos tecnológicos pedagógicos e gerenciais

Objetivo:

Compatibilizar o recurso às tecnologias digitais de informação e comunicação (vulgarmente designadas por “novas tecnologias”) com o projeto de inovação educacional.

Ações relacionadas:

- Assegurar a transição de práticas fundadas no paradigma da instrução para práticas fundadas nos paradigmas da aprendizagem e da comunicação.
- Solicitar o acesso à Internet em alta velocidade para o desenvolvimento de pesquisa e projetos.
- Colocar as TDIC ao serviço de um sistema de aprendizagem.

Reelaboração da cultura pessoal e profissional

Objetivo:

Promover ações que possibilitem uma formação transformadora dos profissionais de desenvolvimento humano em contexto de inovação educacional.

Ações relacionadas:

- Apoiar os professores no cumprimento dos projetos das escolas, nomeadamente na criação de condições de aprendizagem em autonomia.
- Participar de formação continuada de boa qualidade, na qual o professor não seja considerado objeto de formação, mas sujeito em autoformação, no contexto de uma equipe e de um projeto de reelaboração cultural.
- Criar círculos de estudo.

Congresso Permanente

Objetivo:

Promover o debate e o aprofundamento teórico do projeto de criação de comunidades de aprendizagem.

Ações relacionadas:

- Realizar encontros presenciais e à distância.

Sustentabilidade

Objetivo:

Criar condições de continuidade e replicação do projeto.

Ações relacionadas:

- Negociação de termo/contrato de autonomia, que garanta estabilidade das equipes de projeto, para que não sofram o desgaste de uma contínua mobilidade.
- Criar e acompanhar protótipos de comunidades de aprendizagem, avaliados tendo por referência uma política de direitos humanos, que a todos garanta igualdade de oportunidades educacionais e de realização pessoal.
- Apoiar e avaliar redes de projetos inovadores, e disponibilizar condições para a criação de redes de escolas envolvidas em processos de mudança educacional sustentável.
- Providenciar autofinanciamento e a sustentabilidade financeira dos projetos.
- Alargar a rede a outras regiões.

Monitoramento e avaliação institucional:

No contexto da avaliação, o projeto de inovação educacional não se restringe aos resultados, mas, também, ao monitoramento dos processos de transição de uma cultura educacional e seu percurso de transformação.

Desta forma, além das diretrizes constitucionais (universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade da aprendizagem; valorização dos profissionais da educação; gestão democrática e superação das desigualdades educacionais), e avaliações internacionais, tais como o PISA (OCDE) e ERCE (UNESCO), a avaliação deverá contemplar as competências globais para o século XXI.

A co-criação do sistema de monitoramento e avaliação deverá ser realizada por uma equipe constituída por: um representante da equipe de projeto, um representante da secretaria ou ministério da educação, um representante da universidade parceira.

Deverão ser considerados como parâmetros iniciais de transformação:

- a. Relações humanas – identificação de indicadores, no que tange a possibilidade de uma cultura de paz e respeito mútuo (não-violência);
- b. Práticas antropogógicas - identificação de indicadores de desenvolvimento de uma educação integral, considerando a multidimensionalidade do ser humanos (afetiva, cultural, estética, ética, intelectual, físico-motora, espiritual);
- c. Espaços e tempos – identificação de indicadores de desenvolvimento num território educador;
- d. Gestão – identificação de indicadores de desenvolvimento na transição de uma gestão hierárquica para uma gestão democrática;
- e. Sustentabilidade – identificação de indicadores de desenvolvimento local sustentável.

Recursos para coleta de evidências da transformação:

1- *Dos professores participantes do processo de formação em Comunidades de Aprendizagem*

Para a coleta de evidências da transformação pessoal e profissional dos educadores, serão utilizados os *portfólios* de avaliação formativa das aprendizagens realizadas durante o processo de formação. Para isso, os participantes terão acesso a um Ambiente Virtual de Aprendizagem.

2- *Dos educandos*

Realização de *avaliação diagnóstica atitudinal e cognitiva (linguística e lógico matemática)*.

Inicialmente, os mapas diagnósticos serão preenchidos com dados de avaliação a realizar durante os períodos iniciais de implementação do projeto. Estes dados farão parte do *histórico da evolução dos educandos*.

3- *Da qualidade da educação*

Será realizada *análise de documentos* de política educacional; coleta de dados estatísticos referente ao contexto local, de natureza quantitativa e qualitativa (por exemplo, quantitativo de professores e de outros agentes educativos; demanda de matrículas, índice de reprovação, de abandono e de distorção ano de escolaridade/idade; custo aluno-ano etc.); identificação de projetos locais de iniciativa do poder público, para elaboração de uma *“linha de base”* e um *plano de metas de melhoria da qualidade da educação para a comunidade*.

4- *Da comunidade*

Será realizado um *mapeamento do potencial educativo local* para criação de uma *matriz de espaços e pessoas* que possam ser integrados ao projeto de Comunidade de Aprendizagem.

Será organizado um *Círculo de Vizinhança*, como um primeiro inventário de desejos e sonhos, visando a efetiva estruturação de um *Projeto participativo*.

5- *Do processo*

No decorrer do desenvolvimento do projeto, serão efetuados *registros audiovisuais* com dupla função: monitoramento do processo e instrumento pedagógico de multiplicação.

Fundamentação teórica

Dispomos de produção científica e de práticas que provam a possibilidade de uma escola que a todos acolha e dê a cada um as condições de realização pessoal e social. Porém, as escolas deixaram de ser o único referencial de aquisição de informação e saberes. Consideremos, pois, as escolas como espaços de vida, potencializada de um ecossistema social saudável, que a todos assegure oportunidades educacionais e de realização pessoal.

Este projeto tem por principais referências, entre outras, as de: Lauro de Oliveira Lima, Piaget e Vigotsky, da Psicologia da Educação; Agostinho da Silva e Edgar Morin, da Filosofia da Educação; Pedro Demo e Florestan Fernandes, da Sociologia da Educação; Lawrence Stenhouse e Celso Vasconcelos, da Teoria Curricular; Paulo Freire e Humberto Maturana, da Epistemologia; Simon Papert e Castells, das Tecnologias de Informação e Comunicação; Darcy Ribeiro, da Política Educacional; António Damásio, das Neurociências; Nise da Silveira, da Psiquiatria; Carl Rogers, da Psicanálise; António Nóvoa, da História da Educação; Anísio Teixeira, Freinet, Montessori, Steiner, Dewey, Kilpatrick, Decroly e outros educadores escolanovistas, da Pedagogia.

As contribuições destes e de outros cientistas da educação darão suporte ao desenvolvimento de novas práticas, pois urge conceber novas construções sociais de aprendizagem, na consideração da escola enquanto nodo de uma rede de aprendizagem colaborativa.

A possibilidade de organizá-la do ponto de vista da educação é preconizado na carta de princípios das Cidades Educadoras, na formação de “territórios educativos” a partir do uso de espaços extraescolares – praças, igrejas, centros culturais – entre outros espaços.

Entretanto, já é senso comum que os muros que cercam a escola não são apenas barreiras físicas, mas, sobretudo, a expressão de incapacidade, por conta de um determinado modelo educacional, de criar integração territorial. A construção de políticas e práticas educativas por referência a um território singular (contextualizadas) supõe um questionamento crítico e uma superação da forma escolar e da sua tendencial extraterritorialidade, de modo a que a aprendizagem não seja encarada, quase exclusivamente, num registro didático e técnico.

Assim sendo, pensar em “território educativo” é pensar em uma ação intimamente relacionada ao contexto social no qual a escola se insere, sendo a prática de uma “educação integral” bem mais do que a ampliação da jornada escolar.

Os responsáveis por este projeto já desenvolveram outros projetos com essa configuração. Por exemplo, no Projeto Âncora (São Paulo), desenvolvendo práticas educativas autônomas, sustentáveis, favoráveis a formação de seres humanos integrados à vida, criativos, solidários, na ultrapassagem do âmbito restrito da educação escolar, agindo em múltiplos espaços sociais, políticos e culturais.

Nesse e em outros projetos de inclusão social, se concretizou o proposto por Lauro de Oliveira Lima: *a expressão “escola de comunidade” procura significar o desenquistamento isolacionista da escola tradicional. Escola, no futuro, será um centro comunitário propulsor das equilibrações sincrônicas e diacrônicas do grupo social a que serve. Não só a escola utilizará como instrumento “escolar” o equipamento coletivo, como a comunidade utilizará o local da escola como centro de atividade. [...] a escola não se reduzirá a um lugar fixo murado.*

Na década de sessenta, num esboço do primeiro livro publicado sobre comunidades de aprendizagem, o mesmo autor afirmava ser necessário *educar através de clubes (...) misturar adultos e adolescentes (...) usar a capacidade ociosa da escola (...) equipamentos coletivos (...) escolinha de arte (...) treinar os membros da comunidade para serem professores (...) criação de coletiva (...) levar a comunidade a colocar em comum seus pertences (...) universidade popular (...) verificar os tipos de atividades existentes na comunidade (...) escola de comunidade.*

Publicações de ministérios e secretarias de educação referem que *“a cidade pode constituir-se espaço educador que possibilita o encontro dos sujeitos históricos, no diálogo entre escolas e outras políticas públicas, criando espaços, tempos e oportunidades educacionais. [que] a formação dos indivíduos não se restringe ao espaço físico escolar; é uma proposta que integra a vida comunitária.*

São “ideias visionárias” e, ainda hoje, *“pertinentes quanto a fazer: escolas nas proximidades das áreas residenciais, para que as crianças não precisassem*

andar muito para alcançá-las; atividades na biblioteca, na piscina, nas quadras de esporte; reorganizando os tempos”.

Mais acrescenta Anísio Teixeira, na definição dos espaços e tempos de aprendizagens, *“com vistas a garantir o princípio da integralidade defendido no Currículo em Movimento da Educação Básica”.* *“O território não se limita ao espaço geográfico, mas a abrangência dos efeitos sociais e políticos em que o indivíduo esteja inserido (...) O estudante não é só da professora ou da escola, e sim da rede, da Cidade (...) em praças, clubes, cinemas, comércio local, teatro (...) Ressignificação dos espaços escolares complementares à sala de aula convencional.* E conclui: *“o aumento do tempo de estudo deve vir acompanhado da ampliação do acesso dos estudantes aos espaços múltiplos para apropriação da cidade e de seus saberes”.*

Não se trata de deslocar a atividade escolar para outros espaços, escolarizando ainda mais a família e a sociedade, mas de desenvolver a percepção dos territórios como elementos educadores, por meio dos quais se aprende participando de transformações pessoais e sociais.

Por que não considerar as escolas como espaços públicos, nodos de redes comunitárias, devolvendo as escolas às comunidades, prestando uma maior atenção à intervenção no pré-natal e nos cuidados até aos quatro anos de idade, na partilha da responsabilidade de educar, nomeadamente na interação com a área da saúde?

Entre a escola, o bairro, a habitação, o clube desportivo, a associação cultural e recreativa, o local de trabalho ou de lazer, há que estabelecer uma corrente de interação humana capaz de dar sentido ao quotidiano das pessoas e, assim, influenciar positivamente as suas trajetórias de vida.

Estaremos, então, a contribuir para a criação de espaços que, pela sua densidade antropológica, podem servir para ajudar a despertar a vocação humana para a transcendência e, nessa medida, funcionar como verdadeiros laboratórios de laços sociais onde a vinculação ética ao outro tenha a marca da solicitude mútua, do respeito e da sensibilidade. Potenciado em práticas de autêntica relação social, o reconhecimento intersubjetivo surge-nos como condição de convivência, de paz e solidariedade, valores reclamados pelo mundo contemporâneo.

É preciso experienciar um novo modo de organização, em equipes de pessoas autônomas e responsáveis, todas cuidando de si mesmas e de todo o resto, numa escola realmente “pública”. E, sem negar o potencial da razão e da reflexão, juntar-lhe as emoções, os sentimentos, as intuições e experiências de vida.

Que se perceba que toda a prática tem teoria subjacente, que não há prática sem teoria. E que a fundamentação teórica do ato de educar seja multirreferencial, numa práxis coerente com necessidades educativas locais, escapando a modas e fundamentalismos pedagógicos. Que a aprendizagem não está centrada no professor, nem no aluno, mas na relação. Que ela é antropofágica, pois não se aprende o que outro diz, se aprende o outro. E que um professor não transmite aquilo que diz, mas aquilo que é, criando vínculos.

As escolas carecem de um novo sistema ético e de uma matriz axiológica clara, baseada no saber cuidar e conviver. E os projetos humanos contemporâneos não se coadunam com as práticas escolares que ainda temos. Requerem que abandonemos estereótipos e preconceitos, exigem que se transforme uma escola obsoleta numa escola que a todos e a cada qual dê oportunidades de ser e de aprender.

Anísio Teixeira concebia a ideia de uma educação integral, onde se acolhesse toda a amplitude do ser e se usasse como matéria prima a própria vida: *“Se o nosso interesse é pela vida, aprender significa adquirir um novo modo de agir. Aprende-se através da reconstrução da experiência. Toda aprendizagem deve ser integrada à vida, ou seja, adquirida em uma experiência real de vida”*. Não se trata apenas de lutar pela melhoria da educação, mas de fazer desse processo uma estratégia para a melhoria da vida das pessoas, estabelecendo diretrizes que possibilitem a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais. Uma nova forma de fazer educação deverá ser pensada a partir do contexto da comunidade onde a aprendizagem ocorre, na medida em que transforma positivamente a sua realidade socioambiental.

O conceito de comunidade é diverso, assim como a capacidade da escola de estabelecer ações efetivas com o seu entorno. E o fato de a escola acolher alunos de realidades territoriais distintas, distantes do prédio-sede da escola, dificulta o sentido de pertencimento dos alunos ao contexto territorial e impossibilita a interação da escola com a comunidade de origem dos alunos.

A relação entre escola e comunidade, no que tange à participação da escola na transformação social e no desenvolvimento local, mostra-se precária. E a participação das famílias acontece, quase exclusivamente, em escassas reuniões formais.

A comunidade de aprendizagem pode assumir a forma de rede social física e de rede virtual, pois o presencial e o remoto são complementares. Nas palavras de Lauro de Oliveira Lima, são divisões celulares da macroestrutura em microestruturas federalizadas num conjunto maior, mais complexas, que facilitam o encontro entre pessoas.

Na educação do século XXI, aprendemos na intersubjetividade e numa tripla dimensão curricular: a subjetiva, a comunitária e a de consciência planetária. Escolas são pessoas, não são edifícios, e as comunidades são feitas de pessoas, que participam na produção conjunta de conhecimento.

Entre os edifícios das escolas, das igrejas, das habitações, das associações, das empresas, ou nos espaços de lazer, estabelece-se interação humana capaz de concretizar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS e dar sentido ao cotidiano das pessoas, influenciando positivamente as suas trajetórias de vida.

Será necessário que as contradições do marco legal brasileiro e de regulamentações instrucionistas portuguesas não se constituam em obstáculo à mudança e inovação. Apenas dois exemplos:

Na pesquisa atrás referida, se verificou incoerência entre o disposto em documentos de política educacional e a Lei de Bases do Sistema Educativo portuguesa, bem como com documentos de política educacional brasileiros, nomeadamente, o artigo 48º da LBSE e o “Currículo em Movimento da Educação Básica, Brasília-DF, 2014.

Analisando esses documentos, identificamos contradições internas e incoerência entre a sua filiação (estão claramente fundados nos paradigmas da aprendizagem e da comunicação)) e uma regulamentação da prática, que tem por única referência o paradigma instrucionista.

Quando se requer inovação no campo pedagógico, de igual modo se deverá requerer inovação no campo normativo. Urge adequar os normativos das secretarias e dos ministérios da educação a novas realidades sociais e a uma nova escola.

Benefícios e/ou resultados esperados

Poderemos antever a prática de uma educação que integre as dimensões escolar, familiar e social, no pressuposto de que a educação de uma criança começa vinte anos antes dele nascer, uma educação que contemple necessidades sociais contemporâneas e a participação ativa de agentes educativos locais, dentro e fora do edifício-escola, que contribua a coesão social e um desenvolvimento local sustentável. Uma educação que assente na intervenção crítica e criativa em diferentes contextos socioambientais e comunitários e na aquisição de competências de planeamento participativo e de avaliação de projetos de desenvolvimento humano sustentável.

Será indício de boa qualidade na educação a existência de mapeamento dos lugares e pessoas com potencial educativo, ou das tecnologias sociais emergentes na comunidade, por exemplo. E a compreensão e fundamentação do conceito e das práticas em comunidades de aprendizagem, bem como as condições de participação dos educadores e voluntários serão pautadas no diálogo.

Na comunidade de aprendizagem., os estudantes terão sua curiosidade estimulada e provocada. Conteúdos atitudinais e procedimentais serão ferramentas que brotarão dos valores construídos pela comunidade escolar, com o objetivo de criar e fortalecer ações críticas e criativas entre todos os personagens, que conviverão nos ambientes de aprendizagem.

A escola é um agente social, que amplia, gradativamente, sua forma de ação comunitária. Ela acontece na e para a comunidade, fonte de estimulação e destino social do trabalho educativo. Os estudantes devem ser agentes de sua própria transformação, agindo e participando dos espaços em que convivem, dentro de seu grupo, na busca por configurações que desejarem obter.

A organização do trabalho na escola centrar-se-á num sistema de relações que, simultaneamente, atenderá a necessidades do educando e da comunidade, no desenvolvimento de atividades de construção de projetos de vida das crianças e jovens, contribuindo para que eles aprendam a ser, conviver, conhecer e fazer. Porque *“o entender que a educação extrapola os muros da sala de aula, sendo realizada na vida vivida, em diversos momentos e múltiplos lugares, é necessária a ressignificação do próprio ambiente escolar: a escola*

deixa de ser o único espaço educativo para se tornar uma articuladora e organizadora de muitas outras oportunidades educacionais no território da comunidade (“Currículo em Movimento da Educação Básica” - Pressupostos Teóricos, SEEDF).

Na transição para práticas fundadas no paradigma da comunicação, os educadores participarão do design de novas construções sociais de aprendizagem, cujos critérios de avaliação poderão ser, por exemplo, ganhos de aprendizagem, adequação da escola aos tempos e ritmos da comunidade de que faz parte, ou evidências de desenvolvimento local sustentável e elevação do IDH.

ATIVIDADES E ETAPAS:

Aqui se apresenta uma sequência de tarefas que constituem o desenvolvimento do projeto de comunidade de aprendizagem. São tarefas já testadas e desenvolvidas em escolas portuguesas. É uma sugestão de sequência, pois a ordem do desenvolvimento das tarefas será decisão a tomar por cada professor e cada escola.

Atividade 1. Envolvimento Comunitário

Como se trata de uma mudança de cultura, serão realizados encontros com a comunidade, com o objetivo de apresentar e explicar a proposta, buscando estabelecer vínculos de confiança e engajamento.

Etapa 1 – Apresentação do projeto à comunidade.

Etapa 2 – Organização de Círculos de Vizinhança.

Etapa 3 – Construção da matriz axiológica do projeto da comunidade de aprendizagem.

Etapa 4 – Apresentação da proposta à comunidade.

Etapa 5 – Apresentação de resultados.

Atividade 2. Formação

O processo de transformação vivencial será desenvolvido em parceria com instituições de formação e caracterizado pelo isomorfismo: o educador reelaborará a sua cultura pessoal e profissional em contextos transformadores, de forma idêntica àquela em que trabalhará com os seus alunos e comunidade.

Etapa 1 - Identificação de educadores interessados em integrar a equipe da Comunidade de Aprendizagem.

Consiste em identificar profissionais do desenvolvimento humano que assumam o compromisso de participar do projeto de criação de Comunidades de Aprendizagem.

O processo de transformação integra três ciclos de aprendizagem, que apoia a criação de comunidades: o CUIDAR, o RECONFIGURAR e a PROTOTIPAR.

Avaliaremos as bases teóricas e práticas fundamentadoras de uma nova construção social da aprendizagem, o que requer uma reelaboração cultural

alicerçada em valores, princípios e acordos pactuados pela comunidade escolar. Isto é:

O CUIDAR da transformação do educador;
o RECONFIGURAR da prática educativa, com a implementação de dispositivos pedagógicos típicos de uma nova educação;
e a PROTOTIPAR, com a implantação de um protótipo de comunidade de aprendizagem.

Aproveitando aquilo que os professores são e o que sabem fazer (valorizando o saber “dar aula”), todos os participantes da formação aprenderão a utilizar dispositivos pedagógicos, a metodologia de trabalho de projeto, como fazer roteiros de estudo, como fazer avaliação etc.

Haverá lugar a “aulas” de elaboração de projetos e roteiros de pesquisa, com objeto inicial igual para todos os grupos (sugestão: reconhecimento do bairro, identificação de espaços e pessoas com potencial educativo).

O trabalho dos educadores será sempre realizado em equipe. Um educador nunca deverá estar sozinho.

Área do conhecimento, definidas a partir das necessidades dos educadores, tais como alfabetização linguística, lógico-matemática etc., serão aprofundados a partir de círculos de estudo com apoio de especialistas.

O processo de transformação acontece em encontros presenciais, videoconferências, autoformação em equipe, círculos de estudo.

As videoconferências serão realizadas via *Zoom*, gravadas e disponibilizadas após os encontros.

A partir das evidências de aprendizagem se criarão portfólios digitais.

Etapas das Formação:

Etapa 2 – Ciclo CUIDAR

Tem como objetivo possibilitar a transformação da cultura pessoal e profissional do educador socializado numa abordagem antropogógica e construir os instrumentos de constituição da Comunidade de Aprendizagem. No decorrer deste ciclo, os participantes:

- Desenvolverão a matriz axiológica da comunidade, que dará suporte a construção do Projeto e adaptação do Regimento/Regulamento Interno.
- Elaborarão Carta Princípios e Acordos de Convivência;
- Reestruturarão o trabalho escolar;

- Iniciarão o desenvolvimento da escuta ativa;
- Introduzirão os primeiros dispositivos de relação (competências socioemocionais).

Etapa 3 – Ciclo RECONFIGURAR

Tem como objetivo promover a reconfiguração da prática educativa do educador, passando do paradigma da instrução para o paradigma da aprendizagem.

No decorrer deste ciclo, os participantes:

- Adequarão os espaços de aprendizagem no contexto escola;
- Realizarão avaliação diagnóstica atitudinal e cognitiva (linguística e lógico matemática) dos educandos;
- Elaborarão a “linha de base” da qualidade da educação da comunidade.
- Implementarão os primeiros dispositivos pedagógicos do paradigma da aprendizagem (metodologia de trabalho de projeto, tutoria, roteiros de estudo);
- Introduzirão práticas do currículo tridimensional (da subjetividade, da comunidade, da consciência planetária) articulado com o currículo prescrito;
- Realizarão protótipos de transformação da prática educativa com os educandos;
- Constituirão núcleos de projeto de aprendizagem;
- Identificarão o potencial educativo da comunidade;
- Implementarão portfólios para avaliação formativa, contínua e sistemática dos educandos;
- Realizarão encontros com a comunidade.

Etapa 4 – Ciclo PROTOTIPAÇÃO

Tem como objetivo iniciar a transição do paradigma da aprendizagem para o da comunicação.

No decorrer deste ciclo, os participantes:

- Desenvolverão com os educandos projetos e pesquisa que promovam a sustentabilidade, o estímulo ao espírito inventivo e criação de soluções novas, bem como de responsabilidade social, princípio ético que nos diz que tudo o que for inovador o deva ser para benefício coletivo;

- Elaborarão um plano de metas de melhoria da qualidade da educação na comunidade, a partir da “linha de base da qualidade de educação local”.
- Constituirão parcerias para a criação de uma rede local para um desenvolvimento sustentável.
- Sistematizarão os conhecimentos, para posterior difusão.

Atividade 3. Registro Audiovisual

Da a avaliação formativa resultará em “evidências de aprendizagem”, constantes de um portfólio. Essas evidências serão, preferencialmente, registros vídeo e áudio.

O processo de transformação passa por um exercício constante de descondicionalidade do olhar dos educadores. A partir da implantação da metodologia proposta na presente proposta, faz-se necessário que o processo de transição entre culturas possa ser documentado.

Esse material audiovisual registrado servirá como ferramenta metalinguística de formação dos educadores. E de monitoramento do processo da transição do modelo instrucionista para o da aprendizagem e da comunicação, através da difusão desses conteúdos, disseminando inovação para além do recorte desta proposta.

Atividade 4. Adequação Arquitetônica

Etapas 1 – Realização da cartografia social da comunidade.

Etapas 2 – Elaboração de diretriz de adequação arquitetônica compatível com o projeto de inovação educacional.

Etapas 3 – Elaboração de memorial descritivo.

Atividade 5. Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento e avaliação do projeto decorrerá durante todo o tempo do seu desenvolvimento. Para isso, será elaborado um protocolo de avaliação.

Etapas 1 – Elaboração e aplicação de protocolos de avaliação.

Etapas 2 – Sistematização de dados.

Etapas 3 – Elaboração de relatório de acompanhamento.

Atividade 6. Difusão

Como estratégia de difusão das aprendizagens a partir da implantação do projeto e respectivo impacto, está prevista a produção de um manual de implementação de projeto de inovação educacional e de um livro.

PLANO DE TRABALHO 2022/2024

DETALHAMENTO DAS METAS E INDICADORES

1. Constituir núcleos de projeto, dispositivos centrais do processo de mudança das práticas e do desenvolvimento pessoal e profissional dos professores, através de encontros entre professores, pais de alunos, familiares, funcionários das escolas, voluntários, que se constituem em equipe de projeto, até meados de setembro de 2022.
2. Identificar a matriz axiológica do projeto, através da elaboração de inventários de valores e o recurso à dinâmica da “árvore dos valores”, até ao fim do mês de setembro de 2022.
3. Elaborar uma Carta de Princípios e Acordos de Convivência, através da análise de documentos organizadores do trabalho pedagógico, verificando se existe coerência entre a Lei de Bases e o projeto da escola, bem como com os valores predominantes na comunidade de contexto, até ao fim do mês de setembro de 2022.
4. Redigir e aprovar um “Perfil do Educador” e um Termo de Compromisso, que contemplem todos os elementos da equipe de projeto, até ao fim do mês de setembro de 2022.
5. Realizar encontros com/na comunidade, para explicação da proposta de reconfiguração da prática escolar, até ao final do mês de setembro de 2022.
6. Instalar um protótipo de mudança envolvendo turmas-piloto, com o apoio e acompanhamento de uma equipe de formadores, organizando roteiros de estudo e a prática da pesquisa, utilizando dispositivos pedagógicos, a metodologia de trabalho de projeto, e concretizando uma avaliação efetivamente formativa, contínua e sistemática, até ao final do mês de setembro de 2022.
7. Instituir tutorias, extinguindo procedimentos do modelo educacional instrucionista, até ao final do mês de setembro de 2022.
8. Adequar espaços de aprendizagem, apetrechando-os com equipamentos e materiais, a par da atualização do espólio das bibliotecas escolares e comunitárias, e da disponibilização de

dispositivos de acesso à Internet e instalação de uma plataforma digital de aprendizagem, até ao final do mês de outubro de 2022.

9. Reorganizar os tempos de aprendizagem, ajustando-os aos ciclos de vida da comunidade e de cada membro da comunidade, até ao final do mês de outubro de 2022.
10. Elaboração de planeamentos, a partir da produção de mapas de tempos comuns a todos os sujeitos aprendestes, para chegar a uma gestão individualizada do tempo, até ao final do mês de outubro de 2022.
11. Instituir a prática de uma ética do cuidado (a “ajuda entre pares”) e instalar uma assembleia de alunos, até ao final do mês de novembro de 2022.
12. Identificar o potencial educativo da comunidade, a partir de um diagnóstico atualizado da realidade educacional, através de pesquisa nos domínios social, económico e cultural, bem como de necessidades, e identificar espaços com potencial educativo, até ao final do mês de novembro de 2022.
13. Efetuar um inventário de saberes populares e um levantamento de tecnologias sociais existentes na comunidade, até ao final do mês de novembro de 2022.
14. Desenvolver currículo da subjetividade, a partir de sonhos, necessidades e desejos de cada sujeito de aprendizagem, integrando conteúdos, competências e capacidades da base curricular, visando estimular talentos e cultivar dons, no exercício de autonomia, até ao final do mês de novembro de 2022.
15. Desenvolver currículo de comunidade, a partir de necessidades e problemas da população do território de contexto, promovendo a integração comunitária da escola e um desenvolvimento local sustentável, até ao final do mês de novembro de 2022.
16. Desenvolver currículo de consciência planetária, a partir de processos de autoconhecimento harmonizado com necessidades e problemas da sociedade contemporânea e do planeta, tendo em consideração os dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável e as quatro dimensões da sustentabilidade, no desenvolvimento de habilidades

socioemocionais, assegurando, através do desenvolvimento de competências transversais, o pleno desenvolvimento pessoal e social do ser humano, até ao final do mês de novembro de 2022.

17. Criar uma rede de núcleos de projeto (física e digital), promovendo a colaboração entre pessoas e instituições, considerada a escola como nodo de uma rede de aprendizagem e construindo cenários de desenvolvimento da educação local, com base nos indicadores de implementação do projeto, até ao fim do mês de dezembro de 2022.
18. Criar círculos de estudos por área de conhecimento, nomeadamente, na área da alfabetização linguística e lógico-matemática, antecidos de duas oficinas, nas quais serão produzidos roteiros de estudo e iniciada a partilha de conhecimento em equipe, até ao fim do mês de dezembro de 2022.
19. Realizar encontros de formação presenciais, vivenciando a teoria na prática reunindo educadores de diferentes escolas, para preparar a criação de redes de projetos inovadores, até ao fim do mês de dezembro de 2022.
20. Estabelecer uma nova linha de base da qualidade da educação, através da análise de documentos de política educativa local, de planos diretores e da informação estatística disponível referente ao município e à escola, colhendo dados de natureza quantitativa e qualitativa (por exemplo, quantitativo de professores e de outros agentes educativos; número de matrículas, índice de reprovação, de abandono e de distorção ano de escolaridade/idade; custo aluno-ano etc.), realizando inquéritos e utilizando diversos instrumentos de recolha de dados, até ao fim do mês de março de 2023.
21. Redefinir indicadores e de critérios de avaliação, elencando indicadores de boa qualidade educacional, e praticando avaliação formativa, contínua e sistemática, até ao fim do mês de março de 2023.
22. Formar uma equipe de acompanhamento e avaliação, para revisão e continuidade das ações, tendo por referência a carta de princípios das Cidades Educadoras e a formação de “territórios educativos”, até ao fim do mês de março de 2023.

23. Utilização por todos os participantes do projeto de uma plataforma digital de aprendizagem, acompanhada da prática de avaliação por portfólio, até ao fim do mês de março de 2023.
24. Constituir círculos de aprendizagem e redes de apoio, com base nos indicadores de implementação do projeto, até ao fim do mês de junho de 2023.

Em 2022, tratar-se-á apenas de efetuar a mudança de paradigma, que a Escola da Ponte e outras escolas já concretizaram. Se isso foi feito, dentro da lei e fundamentado nas ciências da educação, o que impede que outras escolas o façam?

É raro que uma escola mude em bloco. Quase sempre, o que acontece é que um ou mais professores assumem a decisão ética de mudar. Neste caso, se algum órgão de direção, gestão ou administração se opuser, ou tentar proibir, deverá fundamentar essa decisão na lei e nas ciências da educação. Em democracia, não são admissíveis decisões autoritárias e sem fundamento.

A par da mudança do paradigma da instrução para o da aprendizagem, acontecerá inovação. No trabalho escolar (ou no trabalho de um ou mais professores) serão adotados modos de organização, procedimentos, dispositivos, metodologias e técnicas fundadas no paradigma da comunicação.

A criação de “turmas-piloto” é o primeiro passo. No re-ligare da escola com a família e a sociedade, surgirão os “círculos de aprendizagem” (“presenciais de, ou de vizinhança”; “remotos, ou de aprendizagem à distância”). Os círculos de aprendizagem se constituirão em protótipos de comunidade de aprendizagem.

No decorrer de 2023, no momento em que cada equipe de projeto considerar oportuno, se integrará numa rede de comunidades de aprendizagem.

A formação acompanhará todos estes processos. E não cessa, quando as comunidades estão consolidadas. Continua, porque é... transformação. Uma transformação apoiada num referencial teórico e na lei. Por isso, entre novembro e dezembro, deverão ser negociados com a direção, gestão e administração das escolas os documentos em anexo (depois de adaptados).

FASES DO PROCESSO DE MUDANÇA

O processo de mudança das práticas estará concluído, quando as tarefas seguintes estiverem documentadas no portfólio de avaliação, sob a forma de evidências de aprendizagem:

1. Constituição de Núcleo de Projeto.

Núcleo de Projeto (NP) é o dispositivo central do processo de mudança das práticas. É o primeiro passo do retomar de projetos de desenvolvimento pessoal e profissional e da concretização de projetos educativos. Acontece no encontro entre professores, pais de alunos, familiares, funcionários das escolas, voluntários, que se constituem em equipe de projeto.

Se for possível, a equipe de projeto (NP), será constituída por um mínimo de 3 (três) educadores, devendo incluir professores em serviço na organização social onde o núcleo for constituído. Será aconselhável incluir na equipe de projeto representantes da direção da escola, pesquisadores, estagiários e pesquisadores.

No processo de MUDANÇA, o Núcleo de Projeto comunicará aos órgãos de direção, gestão e administração o início do desenvolvimento do Plano de Inovação e informará quais as condições específicas do seu cumprimento, condições que a direção da escola deverá assegurar. E fará a entrega do Plano, de propostas de reformulação do Projeto da Escola (se necessário) e do Regimento/Regulamento Interno (também quando necessário), bem como de uma minuta de Termo de Autonomia.

No primeiro ano de desenvolvimento do projeto, o NP apenas acolherá educandos alfabetizados, naquilo que poderemos designar por “turma experimental”, ou “segunda oferta formativa”. Ao longo do ano letivo, o NP será alargado a educadores que manifestem vontade de o integrar.

Considerada a escola como nodo de uma rede de aprendizagem, será também conveniente constituir parcerias. Possíveis tarefas: construir um cenário para a educação local, com base nos indicadores de implementação do projeto; identificar o potencial local para construção de comunidades de aprendizagem; disponibilizar contributos que promovam a eco sustentabilidade, o estímulo ao espírito inventivo e criação de soluções novas, bem como de responsabilidade

social, princípio ético que nos diz que tudo o que for inovado o deva ser para benefício coletivo; sistematizar o conhecimento, para posterior difusão.

2. Identificação da matriz axiológica do projeto

A criação de um núcleo de projeto marca o início da reconfiguração das práticas educativas, quando os educadores que o constituem procedem à identificação de valores comuns.

Os seres humanos são, implícita ou explicitamente, conduzidos por valores, que o conjunto de comportamentos reflete. Um valor é um fundamento ético, que norteia o comportamento humano e que é traduzido por uma única palavra.

Cada educador elabora uma lista de valores, que considera serem fundamentais na sua vida. Depois, verificar-se-á se há valores comuns às várias listas. Esta tarefa poderá ser realizada com recurso a uma dinâmica chamada “árvore dos valores”.

Identificados os valores comuns, toma forma a equipe, que assegurará a concretização do projeto político-pedagógico da sua escola (é comum observar que os professores desconhecem a matriz axiológica do PP-P da sua escola).

3. Elaboração de Carta de Princípios e de Acordos de Convivência

A partir do inventário de valores, é elaborada uma carta de princípios e serão estabelecidos acordos de convivência. Na sequência, procede-se à análise de regulamentos e outros documentos de política educativa adotados pela administração educacional, para verificar se o seu conteúdo é coerente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN), com o Regimento Interno e o Projeto Político- Pedagógico da organização.

A Carta de Princípios deverá ser coerente com a definição do perfil do aluno (melhor dizendo: sujeito de aprendizagem) e do educador da equipe de projeto.

O levantamento de valores predominantes na comunidade de contexto e um inventário de necessidades da população completará esta fase do processo formativo.

Deverá ser estimulada a reflexão sobre habilidades de liderança, que promovam uma atmosfera de harmonia e cooperação, dentro e fora do grupo de

trabalho. Mas, acaso a equipe depare com conflitos de interesses, ou abusos de poder, deverá agir no sentido do cumprimento do projeto, construtivamente, propondo o diálogo e respeitando as atitudes de quem não deseje participar nos processos de mudança.

Para além dos documentos já referidos, serão objeto de análise os emanados do ministério, que, de algum modo, estejam relacionados com inovação e currículo. Também deverá ser consultada a Constituição da República e documentos como: Relatório Delors (da UNESCO), Carta da Terra, Carta de Barcelona, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Manifesto da Transdisciplinaridade.

Ao cabo desta tarefa, a equipe terá redigido e aprovado o “Perfil do Educador” e subscrito um “Termo de Compromisso”. Através da assinatura desses documentos, os elementos da equipe de projeto assumem um compromisso de participação na equipe, por um período não inferior a três anos.

4. Realização de encontros com/na comunidade

Nestes encontros, será apresentada e explicada a proposta de reconfiguração da prática escolar, para saber quais as famílias que desejam que seus filhos nela participem. Idem, com funcionários, professores e direção das escolas. Através de encontros presenciais e virtuais, serão criados os primeiros “círculos de vizinhança”, base da criação de uma comunidade.

Estimule-se o prazer do encontro através de encontros informais, de debate e esclarecimento, de tertúlias e outros rituais e rotinas, que promovam vizinhança. Que todos entendam que se trata de introduzir uma segunda oferta formativa na escola, mantendo as práticas anteriores, desenvolvidas pelos professores que não manifestaram a intenção de participar do núcleo de projeto.

Acaso se verifique ser necessário, poderão ser apresentadas aos órgãos de direção e gestão da escola propostas de reelaboração do projeto político-pedagógico e do regimento interno. Havendo receptividade da parte do órgão de direção, a eventual reelaboração deverá ser feita de modo participativo (o que inclui a participação das famílias dos alunos e da comunidade).

Após a entrega dos documentos fundadores do projeto ao órgão de direção, será estabelecido um calendário de encontros. Num ambiente de mútua

disponibilidade e colaboração, deverão ser acordadas formas de atuação da equipe de projeto.

A partir do momento em que se inicie o processo de transformação, os educadores integrantes do NP adotarão práticas consentâneas com a concretização do projeto político-pedagógico e com normativos em vigor, desde que estes se adequem ao trabalho em comunidade de aprendizagem.

Essas práticas serão caracterizadas por uma gestão autônoma e flexível do currículo. Novos modos de desenvolvimento curricular dispensarão, por exemplo, a formação de turmas, a sala de aula, ou o cumprimento de um horário-padrão.

No decurso do projeto de MUDANÇA, deverá ser negociado um Termo/Contrato de Autonomia, tendo por referência uma comunidade de aprendizagem, organização social autônoma, onde se pratica uma gestão verdadeiramente democrática.

Nos encontros com as famílias, com a comunidade, com a administração educacional e outros órgãos de poder, será suscitado o debate sobre a ressignificação do espaço escolar, bem como da relação deste com a comunidade.

Visar-se-á materializar os princípios e valores que fundamentam a prática e a estrutura organizacional onde ocorrem as aprendizagens. Refletir-se-á sobre espaços e tempos de aprendizagem, das formas de representação dos educandos e dos conteúdos curriculares, dos procedimentos e estratégias de avaliação e das atividades culturais.

Serão apreciadas pelo NP – responsável maior pela manutenção da coerência do projeto – propostas de alteração do projeto da escola. O projeto deverá ser reconfigurado com a participação da comunidade, que, apresentando sua demanda e percebendo sua participação como essencial, se apropriará dos fazeres pedagógicos contextualizando-os na realidade em que está inserida, podendo então modificá-la e transformá-la.

5. Instalar um protótipo de mudança.

Dado que o processo formativo é caracterizado pelo isomorfismo, a cada projeto desenvolvido pela equipe de projeto corresponde uma tarefa de idêntica natureza, a desenvolver com alunos e com a comunidade. Com o apoio e

acompanhamento de uma equipe de formadores, os participantes no projeto organizam roteiros de estudo, visando a reelaboração da sua cultura pessoal e profissional.

Aproveitando aquilo que os professores são e o que sabem fazer (valorizando o saber “dar aula”), todos os participantes da formação em núcleo de projeto aprenderão a utilizar dispositivos pedagógicos, a metodologia de trabalho de projeto, como fazer roteiros de estudo, como fazer avaliação etc. À semelhança do educando, cada educador (tutor) desenvolverá o seu projeto de reelaboração cultural, em sucessivos roteiros de estudo, que integram as dimensões curriculares da subjetividade, da comunidade da consciência planetária.

Paralelamente, haverá lugar à elaboração de projetos e roteiros de pesquisa, com objeto inicial igual para todos os grupos (sugestão: reconhecimento do bairro, identificação de espaços e pessoas com potencial educativo,). O trabalho dos educadores será sempre realizado em equipe. Um educador nunca deverá estar sozinho.

6. Adequação de espaços de aprendizagem

Os espaços do edifício-escola deverão ser apetrechados com equipamentos e materiais necessários a uma organização do trabalho escolar com referência ao paradigma da aprendizagem. O prédio da escola poderá converter-se numa “ágora”, espaço de encontro e aprendizagens.

A par da atualização do espólio das bibliotecas escolares e comunitárias, deverão ser disponibilizados dispositivos de acesso à Internet e instalada uma plataforma digital de aprendizagem. Em cada espaço de aprendizagem, deverão estar sempre dois ou mais educadores.

7. Reorganização dos tempos de aprendizagem.

O horário é o da comunidade, do ritmo, dos ciclos de vida da comunidade e de cada membro da comunidade. Não haverá horário fixo de “entrada”, ou de “saída”, dado que não se trata de entrar e sair de um edifício, onde supostamente se aprende, mas de efetivamente aprender em múltiplos espaços. Nem existe uma escola-edifício separada da comunidade...

A aprendizagem acontece 24 por dia nos 365 dias de cada ano. Não haverá “férias escolares”. Cada educador estabelece o seu tempo de repouso (ou até mesmo de “estar sozinho”), em acordos elaborados com os restantes membros da comunidade.

Em comum, serão elaborados os planejamentos. Partir-se-á da produção de mapas de tempos comuns a todos os sujeitos aprendentes, para chegar a uma gestão individualizada do tempo. E, na elaboração de um banco de horas de tutores, voluntários e outros agentes educativos, dever-se-á ter em consideração contribuições da Cronobiologia e a disponibilidade de cada educador.

8. Instalação de dispositivos de reconfiguração das práticas.

Entre uma vasta gama de dispositivos, serão selecionados aqueles que se considere dever instalar e fazer funcionar nos espaços de aprendizagem. Por exemplo: “Assembleia”, “Acho Bom” / “Acho Ruim”, “Proponho”, “Já sei e Posso Ajudar”, “Caixinha de Segredos”, “Grupos de Responsabilidades”.

9. Constituição de tutorias

A tutoria tem início com a constituição do protótipo de mudança. Quando *há uma equipa, ou pelo menos há professores que, no coletivo, querem mudar*. Em todos os momentos desse processo não são produzidos desfechos homogêneos. Cada núcleo e cada tutor apreende o processo a seu modo e assume-o no seu ritmo. E, porque a afetividade não é neutra, acontece numa escolha mútua de tutores e tutorandos...

Poderá ser tutor todo o educador que possa participar no projeto, no mínimo, um dia por semana. E que possa estar disponível a qualquer hora de qualquer dia (inclusive fim de semana) para encontros com as famílias dos seus tutorandos.

Cada educador (assumindo o estatuto de tutor) não poderá estar mais de cinco horas por dia em trabalho direto com os aprendizes. E tem outras funções a executar (registros, encontros com pais, o *direito de estar sozinho...*).

Não pode dar respostas. Não prepara projetos para os alunos, mas, com os alunos, constrói projetos, a partir de necessidades, desejos, problemas, sonhos. Não faz planejamento de aula, mas, com os com os tutorandos, elabora

roteiros de estudo e planejamentos; ensina os seus tutorandos a planejar, a planejar-se, a saber gerir recursos, tempos, espaços...

O tutor não “dá aula”. Ele questiona, ajuda, esclarece, assegura a mediação pedagógica, avalia, mantém atualizado o registro de avaliação formativa de cada tutorando, faz observações ocasionais e sistemáticas, verifica se os dispositivos pedagógicos estão sendo devidamente utilizados, se as regras de convivência estão sendo cumpridas.

No primeiro mês, serão os educadores a escolher os seus tutorados. Formarão grupos constituídos por cerca de uma dezena de jovens. A ratio professor/aluno nas escolas brasileiras é de cerca de 10 alunos por professor. Mas, nas escolas que insistam em formar turmas, poder-se-á aceitar, apenas no primeiro ano do projeto, um número de alunos superior ao quantitativo ideal de uma tutoria. Quando o sistema de relações estiver bem consolidado e houver profundo conhecimento mútuo, os jovens poderão escolher os seus tutores.

Antes do primeiro dia de experimentação (e, depois, na véspera de cada dia de trabalho), o tutor ajuda os tutorandos a elaborar os seus planejamentos diários. E recomenda-lhes atenção aos horários que deverão cumprir, bem como a identificar os locais onde irão desenvolver as suas atividades.

No final de cada dia, acontece um encontro de avaliação das aprendizagens realizadas e o planejamento do dia seguinte. Uma vez por semana, o tutor reúne com todos os seus tutorandos, para avaliação e autorregulação das aprendizagens realizadas.

Na prática de uma ética do cuidado, uma forma suplementar de tutoria poderá ser a “ajuda entre pares” – voluntariamente, durante 15 minutos diários (limite máximo), jovens ajudam jovens (por exemplo: os já alfabetizados poderão ajudar aqueles que estão se alfabetizando). O mesmo poderá acontecer entre pares de educadores.

No decorrer do primeiro ano de desenvolvimento do projeto, se necessário, os tutores estabelecerão articulações com professores das várias disciplinas e áreas de conhecimento, que não integrem o Núcleo de Projeto.

10. Estabelecimento de uma linha de base da qualidade da educação

Recomenda-se a análise de documentos de política educativa local, de planos diretores e da informação estatística disponível referente ao município e

à escola, colhendo dados de natureza quantitativa e qualitativa (por exemplo, quantitativo de professores e de outros agentes educativos; número de matrículas, índice de reprovação, de abandono e de distorção ano de escolaridade/idade; custo aluno-ano etc.), caracterizar a infraestrutura física educacional; avaliar projetos da iniciativa do poder público (por exemplo, cartas educativas), para elaboração de uma “linha de base” da educação da região.

Poder-se-á fazer inquéritos e utilizar diversos instrumentos de recolha de dados, para concluir um primeiro inventário de necessidades, desejos, problemas locais, bem como introduzir (se for pertinente) práticas de justiça restaurativa, comércio justo, práticas de agroecologia, de bioconstrução...

A par da definição de indicadores e de critérios de avaliação, convirá elencar indicadores de boa qualidade educacional. E a avaliação aferida terá por parâmetros os domínios cognitivo e atitudinal. Definidos os critérios e aplicados os testes (um deles deverá ser de itens propostos pelos alunos), o diagnóstico será concluído com a apresentação das conclusões à direção da escola.

11. Prática de avaliação formativa, contínua e sistemática

É preciso não esquecer que a avaliação deve ser formativa, contínua e sistemática. Em muitas escolas aplica-se teste e dá-se uma nota sem saber o que se faz. Há quem confunda avaliação com classificação e, ingenuamente, dê a nota a partir dos resultados dos testes. Freudenthal diz-nos que *“o exame se torna um objetivo; o que vem para exame; um programa; o ensino da matéria para exame, um método”*.

Serão concebidos registros de evidências de aprendizagem cognitiva e atitudinal e organizados portfólios de avaliação. Inicialmente, os mapas serão preenchidos com dados de avaliação diagnóstica, a realizar durante os períodos de experimentação.

Durante o primeiro mês de projeto e por sua iniciativa, cada educador dedicará cerca de quinze minutos diários a uma avaliação diagnóstica. Poderá registrar “evidências de aprendizagem” (por exemplo, num *I-phone*, ou *laptop*) arquivando-as numa plataforma digital.

Após o primeiro mês, quando o registro de avaliação formativa de cada educando estiver atualizado, a iniciativa do momento de verificação das

aprendizagens é do educando – quando o educando manifesta ter produzido conhecimento, quando sente já sabe, solicita avaliação formal.

Acaso decorra uma semana, sem que o educando solicite avaliação, o tutor deverá ser proativo e propor um momento de avaliação.

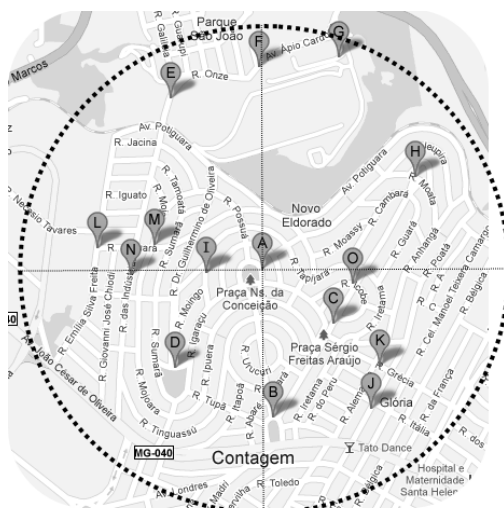
12. Criação de círculos de estudos

Está prevista a criação de círculos de estudo por área de conhecimento, nomeadamente, na área da alfabetização linguística e lógico-matemática. A criação de círculos de estudos será antecedida de oficinas, nas quais serão produzidos roteiros de estudo e iniciada a partilha de conhecimento em equipe.

13. Identificação do potencial educativo da comunidade

Com uma definição dos espaços de aprendizagem já realizada, será possível partir para a elaboração de um diagnóstico atualizado da realidade educacional, através de pesquisa nos domínios social, econômico e cultural. Delineados perfis, buscar-se-á a compreensão da função social da escola na comunidade e a identificação de espaços com potencial educativo.

Ao longo do processo formativo, será realizado o mapeamento de espaços e de pessoas com potencial educativo, dentro e fora do edifício-escola. O mapeamento poderá ser realizado tendo como recurso o *google maps*. Por exemplo:



A	Escola Municipal Sócrates Mariani Bittencourt
B	Praça Dr. Paulo Pinheiro Chagas

C	Praça Sérgio Freitas Araújo
D	Campo Futebol - Cruz Azul
E	Usifast
F	Distribuidora de bebidas
G	Tora Logística
H	Praça – Final do ônibus 2580
I	Prédio antigo
J	Prédio antigo
K	Quadra esportiva
L	Mayer Werke – Engenharia e equipamentos industriais
M	Academia do Corpo de Bombeiros
N	Escola Estadual Deputado Renato Azeredo
O	Praça

Esse dispositivo permite localizar espaços de aprendizagem no território educativo (outras escolas, igrejas, praças, empresas, bibliotecas, florestas, habitações... Internet).

Para desse levantamento, poder-se-á elaborar um inventário de saberes populares (por exemplo, medicina popular, meteorologia popular...), um levantamento de tecnologias sociais existentes na comunidade, elaborar o estatuto de voluntário e um mapa de disponibilidades.

14. Articulação da formação presencial com a virtual

Será indispensável a instalação de uma plataforma digital de aprendizagem. E, no processo de transição, os encontros virtuais e os presenciais serão complementares. A pesquisa terá lugar nas bibliotecas, nos espaços de aprendizagem do edifício-escola e da comunidade, como na Internet. Em qualquer desses contextos, os tutores fomentarão o recurso a processos complexos de pensamento: selecionar informação; analisar e criticar informação; comparar diferentes informações, uso de senso crítico na identificação de fontes de informação; avaliação; síntese; comunicação...

Como qualquer espaço do edifício-escola, a plataforma digital deverá estar ao serviço, ser utilizada pela comunidade.

15. Desenvolvimento de currículo da subjetividade

No desenvolvimento de projetos, acontecerá, não o consumo acéfalo de currículo, mas a produção de conhecimento, produção de currículo. A partir de sonhos, necessidades e desejos de cada ser humano, e integrando conteúdos, competências e capacidades de uma base curricular, visa-se estimular talentos e cultivar os dons de cada sujeito aprendente. No exercício de autonomia, que a lei e a fundamentação científica lhe conferem, a escola definirá o tipo de desenvolvimento curricular adequado ao seu projeto. E deverão ser descritos prazos, responsáveis, recursos, orçamentos, a avaliação.

Dado que um ser humano é único e irrepetível, no desenvolvimento do currículo da subjetividade é respeitada a especificidade do seu repertório linguístico e cultural, dos seus estilos de inteligência predominantes, do seu ritmo de aprendizagem.

16. Desenvolvimento de currículo de comunidade

A partir de desejos, sonhos, necessidades, problemas da população do território de contexto, promover a integração comunitária da escola e um desenvolvimento local sustentável. No desenvolvimento de um currículo de comunidade, o conhecimento produzido no decurso dos projetos é colocado em ação, gerando competências.

17. Desenvolvimento de currículo de consciência planetária

O processo de autoconhecimento harmoniza-se com necessidades e problemas da sociedade contemporânea e do planeta. Tendo em consideração os dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável e as quatro dimensões da sustentabilidade, serão desenvolvidas habilidades socioemocionais, assegurando, através do desenvolvimento de competências transversais, o pleno desenvolvimento pessoal e social do ser humano.

18. Criação de uma rede de núcleos de projeto

Um projeto isolado é frágil, insustentável. Urge criar redes de núcleos de projeto, promover a colaboração entre pessoas e instituições. Se for possível,

através da criação de uma rede digital, onde diferentes saberes e projetos possam ser compartilhados.

Considerada a escola como nodo de uma rede de aprendizagem, será conveniente constituir parcerias, propiciar a constituição de redes de comunidades. Possíveis tarefas: construir um cenário para a educação local, com base nos indicadores de implementação do projeto; identificar o potencial local para construção de comunidades de aprendizagem; disponibilizar contributos que promovam a eco sustentabilidade, o estímulo ao espírito inventivo e criação de soluções novas, bem como de responsabilidade social, princípio ético que nos diz que tudo o que for inovado o deva ser para benefício coletivo; sistematizar o conhecimento, para posterior difusão, criando um núcleo documental.

19. Celebração de Termo/Contrato de Autonomia

Após a aprovação do Regimento Interno, deverá ser celebrado um termo de autonomia e empossados os órgãos de direção, gestão e administração da comunidade de aprendizagem.

20. Formação de uma equipe de acompanhamento e avaliação

Recomenda-se a constituição de uma equipe de acompanhamento e avaliação, que elabore um protocolo de avaliação (interna e externa) do projeto. A integração de atores estratégicos, direta ou indiretamente participantes do projeto, viabilizará o esforço dos educadores na co-criação de uma rede de suporte de mudanças das práticas educativas e sua posterior difusão. E as diretrizes estratégicas, devidamente implementadas, possibilitarão uma gradual transição paradigmática, com garantia do pleno acesso (de todos!) a uma boa educação.

A par das intervenções realizadas, durante as tarefas desenvolvidas, dialeticamente, os núcleos de projeto vão construindo o conceito de comunidade de aprendizagem. Este processo é acompanhado por uma equipe de formadores, através de videoconferência.

21. Criação de círculos de aprendizagem

As tarefas antes elencadas são sugestões de processos de mudança. Todas poderão ser desenvolvidas, porque já foram concretizadas em outros projetos e escolas.

Os círculos de aprendizagem têm sustentabilidade legal. Porém, por se tratar de efetiva inovação, importa testar a proposta teórica. Esta já foi elaborada, mas continuará sendo um documento aberto à participação daqueles que, na prática derem forma a esse dispositivo inovador.

Sugestão de avaliação do plano

Poder-se-á ter como referência os seguintes parâmetros e critérios:

Parâmetros	Critérios	Ações observáveis
Desenvolvimento curricular	<p>Produção de conhecimento e cultura: estratégias voltadas para tornar a instituição educativa espaço de produção de conhecimento e cultura, que conecta os interesses dos estudantes, os saberes comunitários e acadêmicos, para transformar o contexto socioambiental.</p> <p>Desenvolvimento sustentável: a estruturação de um currículo voltado para a formação integral da pessoa, que reconhece a multidimensionalidade da experiência humana - afetiva, ética, social, cultural e intelectual.</p> <p>Fundamentação das práticas num novo paradigma educacional, que garanta a todos os brasileiros o direito à educação.</p>	<p>Prática de educação integral</p> <p>Superação de lógicas fragmentárias</p> <p>Integração de agentes educativos locais</p> <p><i>Re-religare</i> escola-família-sociedade</p> <p>Integração curricular</p> <p>Prática de metodologia de trabalho de projeto</p> <p>Trabalho em equipe</p> <p>Desenvolvimento do pensar sobre o pensar</p> <p>Exercício da cidadania</p> <p>Substituição da reprovação pela avaliação</p> <p>Supressão de provas e exames</p> <p>Definição de uma matriz axiológica clara</p> <p>Saber cuidar e conviver - novo sistema ético</p> <p>Redefinição do papel do professor</p> <p>Mediação pedagógica</p> <p>Professor “designer educacional”, co-criador</p> <p>Projetos de produção de sentido para a vida</p> <p>Diversidade - diversificação curricular</p> <p>Escola como <i>lôcus</i> de humanização</p> <p>Oportunidade de inclusão</p> <p>Revisão de indicadores de avaliação</p> <p>Avaliação da qualidade da educação</p> <p>Teste de indicadores de boa qualidade</p> <p>Definição de diretrizes de política pública</p> <p>Deter a função seletiva da escola</p> <p>Gradual extinção do vestibular e ENEM</p>
Sustentabilidade	<p>Ambiente físico que manifeste a intenção de educação humanizada, potencializadora da criatividade.</p> <p>Estratégias que estimulam o diálogo entre os diversos segmentos da comunidade, a mediação de conflitos por pares, o bem-estar de todos, a valorização da diversidade e a promoção da equidade.</p> <p>Sustentabilidade social, econômica, ecológica e cultural: Estratégias que levem a uma nova forma de relação do ser humano</p>	<p>Desenvolver educação em espaços de cultura</p> <p>Valorização da ciência e da arte</p> <p>Valorização dos saberes populares</p> <p>A escola como nodo de rede de aprendizagem</p> <p>Questionamento e resolução de problemas</p> <p>A comunidade na direção das escolas</p> <p>Mapeamentos de potencial educativo</p> <p>Regime de dedicação exclusiva do educador</p> <p>Seleção de educadores pelas escolas</p> <p>Existência de um perfil de educador</p> <p>Educação na cidadania</p> <p>Condições de desenvolvimento sustentável</p> <p>Práticas inspiradas na Carta da Terra</p> <p>Práticas inspiradas no Relatório Delors</p> <p>Práticas inspiradas nos Objetivos do Milénio</p> <p>Idem, na Declaração de Salamanca</p> <p>Realização profissional dos professores</p> <p>Exercício de cooperação e solidariedade</p>

	com o contexto planetário, a uma nova visão de mundo.	Cumprimento dos projetos educativos Aprendizagem em autonomia Avaliação de desempenho dos educadores Elevação do estatuto social do professor
Articulação entre agentes educativos	Estratégias intersectoriais e em rede, envolvendo a comunidade, para garantia dos direitos fundamentais dos estudantes, porque o direito à educação é indissociável dos demais direitos.	Extinção do gueto da sala de aula Concepção de novas construções sociais Participação de agentes educativos locais Coesão social Estabilidade da equipe de projeto Criação de comunidades de aprendizagem Avaliação das redes de projetos inovadores Processos de mudança educacional
Direção, gestão e administração	Corresponsabilização na construção e gestão do projeto educativo: Trabalho de equipe compartilhado, na garantia de que critérios de natureza pedagógica sempre prevaleçam sobre critérios de natureza administrativa.	Escuta da polis Análise crítica do conteúdo dos projetos Práticas efetivas de gestão democrática Constituição de conselhos de projeto Fundamentação nas ciências da educação Adequação da regulamentação das leis Efetivo cumprimento da Lei Extinção de estruturas burocratizadas Extinção do “dever de obediência hierárquica”
Metodologia e técnicas	Estratégias que permitam ao estudante expressar sua singularidade e desenvolver projetos de seu interesse, que impactem a comunidade e contribuam para o seu desenvolvimento	Reconfiguração das práticas escolares Transição para o paradigma da aprendizagem Transição para o paradigma da comunicação Especialização em alfabetização linguística Formação inicial e contínua inovadora Professor-sujeito em auto formação Reelaboração cultural do educador Uso racional das “novas tecnologias”

PROJETO DE FORMAÇÃO

(Anexo, a ser enviado, quando solicitado)

Através da formação em círculos de estudos e de oficinas:

1. ocorrerá um processo de MUDANÇA, a transição de práticas radicadas no paradigma da instrução para práticas fundadas no paradigma da aprendizagem e da comunicação;
2. tendo por suporte a organização autônoma resultante dessa mudança, será desenvolvido um plano de INOVAÇÃO, com o propósito de criação de protótipos de comunidade de aprendizagem;
3. Alcançados os objetivos desse plano, serão constituídas redes de comunidades de aprendizagem e relançado o projeto, dado que um projeto inovador deverá estar em permanente fase instituinte.